
Movimentos em Rede: A Tecnologia Contribuindo em um Exercício de Cidadania¹

Daniele Chagas de Brito²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma abordagem teórica sobre como a tecnologia, através de iniciativas, de movimentos em rede, também podem contribuir com a cidadania. A proposta é compreender através de conceitos trabalhados por Barbero, Bonin, Canclini, Castells, Cortina, Jenkins, Maldonado, Peruzzo, Sá Martino, Santos e Souza, como as novas tecnologias estão desempenhando um papel de extrema importância para o desenvolvimento e construção de uma cidadania participativa. O objetivo é expor apenas um recorte conceitual, tendo como exemplo empírico o aplicativo de tecnologia móvel Mudamos, mas que pode ser aplicado, analisado refletido em qualquer iniciativa digital que tenha viés comunicacional e participativo.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicativo Mudamos. Cidadania. Comunicação. Movimentos em Rede. Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

O descrédito na política e as fortes manifestações dos cidadãos nas redes sociais, nos remete a reflexão dos caminhos que serão percorridos pela comunicação, política e participação social. As manifestações de junho de 2013, nos deram a prova de que a sociedade vem utilizando as redes sociais como uma forma de organização para a construção de um objetivo em comum. Sendo assim, se torna necessário analisar e entender os diversos instrumentos tecnológicos que estão sendo usados pela sociedade como uma alternativa de propor ideias, construir iniciativas e fiscalizar os gestores públicos. Hoje, diversas ferramentas oferecem ao cidadão a oportunidade de participar ativamente na fiscalização e construção coletiva, sendo possível apresentar propostas, realizar votações e conversar com demais cidadãos e gestores públicos com o uso da tecnologia. Ou seja, a sociedade deixou de apenas ver as decisões sendo tomadas pelos gestores e passou a decidir com demais cidadãos. A construção colaborativa com o uso

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com Área de Concentração em Processos Midiáticos, na Linha de Pesquisa Mídiação e Processos Sociais, e-mail: danielecbrito@gmail.com.

de ferramentas de comunicação tem sido uma referência junto com o avanço tecnológico dos últimos anos.

Essas transformações abriram as portas para novas iniciativas comunicacionais, onde o avanço tecnológico trouxe a oportunidades de a sociedade pensar e exercer uma cidadania comunicativa, com a criação de ferramentas inovadoras e colaborativas de comunicação, em que o cidadão passa a ter um papel de protagonista em determinados espaços e situações. Sendo assim, neste texto será discutido sobre as novas tecnologias e as novas formas de participação em ambiente digital, um tema que tenho buscado pesquisar e buscar compreender cada vez mais, além de trazer contribuições que foram propostas pela literatura e discussões realizadas na disciplina de Mídias, Identidades Culturais e Cidadania, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

2 CRISE DE REPRESENTAÇÃO

De início, precisamos deixar claro que estamos passando por uma crise de representação, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os últimos anos foram marcados por inúmeras manifestações, que renderam discussões e desafios para a democracia representativa. O cidadão, aos poucos, vem deixando de ser apenas alguém que vota e deixa que o seu representante faça o que bem quer, sem dar a devida prestação de contas. Existe um forte descrédito na política, que vem afetando inúmeros campos, entre eles, o jurídico, econômico e o comunicacional. As pessoas não se sentem representadas pelas instituições e buscam alternativas cidadãs.

A crise que estamos vivendo, coloca em cheque o próprio conceito de participação, que pode ser visto como algo “fajuto”, que não seja de fato efetivo. Pois a “participação pode significar muitas coisas, desde a passividade, o deixar-se levar por interesses de terceiros submetendo-se ao seu controle, ou participar ativamente da tomada de decisão”. (PERUZZO, 2012, p. 08). E isso fortalece o já vem sendo abordado sobre a questão política e o poder de tomada de decisões:

Suplantando a economia política, a macroeconomia não só relegou a política a um lugar subalterno na tomada de decisões, mas também contribuiu enormemente em nossos países para o esvaziamento simbólico da política, isto é, a perda de sua capacidade de nos convocar e nos fazer sentir unidos. (BARBERO, 2014, p. 17).

Porém, temos que levar em conta de que “como os novos processos estavam associados ao crescimento urbano, pensou-se que a cidade podia transformar-se na unidade que daria coerência e consistência analítica aos estudos”. (CANCLINI, 1998, p. 285). Mas além disso, também se pensou que a transformação cultural e social, foi capaz de fornecer novos modos de produção e de participação. Claro que temos que levar em conta que estão surgindo diversos movimentos, que aos poucos estão tomando força e mudando a forma de pensar e fazer política, sendo assim, transformando o modo de ser e se sentir cidadão.

Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático - de movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. (CASTELLS, 2013, p. 177).

Com o tempo, “as ideologias urbanas atribuíram a um aspecto de transformação, produzida pelo entrecruzamento de muitas forças da modernidade, a “explicação” de seus nós e suas crises”. (CANCLINI, 1998, p. 285). E isso fez com que começassem a surgir organizações, que são pensadas no formato de uma sociedade ligada por nós, mas que acaba gerando uma mudança social. Pois “se as pessoas pensam de outra maneira, se compartilham sua indignação e acalentam a esperança de mudança, a sociedade acabará mudando de acordo com seus desejos”. (CASTELLS, 2013, p. 114).

Por mais que suas obras tenham focos um pouco distintos, os trabalhos de Barbero (2014), Canclini (1998), Castells (2013) e Peruzzo (2012), nos mostram que junto com as transformações sociais e culturais, estão surgindo novos movimentos sociais, com ideologias que buscam uma transformação social, mas que acima de tudo, também pensam e trazem reflexões sobre o que a sociedade vem desenvolvendo como forma de participação. Porém, devemos ter consciência de que:

Se os cidadãos não tiverem os meios e formas de se autogovernar, as políticas mais bem planejadas, os programas mais bem-intencionados, as estratégias mais sofisticadas podem ser ineficazes ou corromper-se ao serem implementados. O instrumento determina a função. Só uma comunidade política democrática pode assegurar uma economia que funcione como se as pessoas importassem, assim como uma sociedade a serviço dos valores humanos e da busca de felicidade pessoal (CASTELLS, 2013, p. 176).

Temos consciência de que vivemos em uma democracia representativa, que tenta em alguns momentos ser participativa, com alternativas de participação da sociedade.

Entre as alternativas de participação, a mais conhecida é o Orçamento Participativo (OP), em que “tem sido visto, tanto na literatura nacional quanto na estrangeira, como um exemplo de instrumento de promoção do “bom governo” ou da boa governança urbana”. (SOUZA, 2001, p. 84). Pois através dele, a população tem a possibilidade de criar um processo de mobilização para escolher melhorias ou obras em determinadas áreas. No Brasil existem várias cidades que utilizam do método do OP para criar um processo participativo para a sociedade, porém, as alternativas digitais tem sido uma alternativa para quem não pode estar presente em processos como esse.

Em seu livro, *A Gramática do Tempo*, Boaventura de Souza Santos (2008, p. 219), nos apresenta uma reflexão sobre a democracia, representação e participação, além de iniciativas populares:

Paralelamente ao modelo hegemônico de democracia (democracia liberal, representativa), outros modelos subalternos de democracia coexistiram sempre, independentemente do seu grau de marginalização ou descrédito. Vivemos em tempos paradoxais: no exacto momento em que se verificam os seus trunfos mais convincentes por todo o mundo, a democracia liberal torna-se cada vez menos credível e convincente, não apenas nos “novos países democráticos”, mas também nos países em que mergulha mais fundo as suas raízes. A dupla crise da representação e da participação é o sintoma mais visível desse déficit de credibilidade e, em última análise, de legitimidade. Por outro lado, comunidades locais, regionais e nacionais em diferentes partes do mundo estão a levar a cabo experiências e iniciativas democráticas baseadas em modelos alternativos de democracia – a que chamo democracia de alta intensidade – em que a tensão entre capitalismo e democracia (por exemplo, sob a forma de orçamentos participativos municipais) e entre redistribuição e reconhecimento (por exemplo, sob várias formas de democracia multicultural em que se combinam a democracia representativa de raiz ocidental com formas ancestrais de governo nas comunidades indígenas/tradicionais) surgem renovadas e se transformam em energia positiva por detrás de novos contratos sociais, mais abrangentes e mais justos, mesmo se localmente circunscritos. (SANTOS, 2008, p. 219).

3 A TECNOLOGIA E A CIDADANIA: TEORIAS E ALTERNATIVAS

Pensar na tecnologia e na cidadania fornece uma gama de ideias e propostas teóricas de reflexão. A partir do momento que um determinado grupo de atores sociais busca criar um espaço digital e colaborativo onde o cidadão tenha voz, ou melhor, tenha espaço de fala e de criação, se torna necessário pensar em dois conceitos constitutivos sobre isso. Sendo assim, em uma proposta inicial, é necessário pensar que “o sistema político e o sistema econômico estão, portanto, dependendo de uma revolução cultural que assegure a civilidade, a disponibilidade dos cidadãos a se comprometer com a coisa pública”. (CORTINA, 2005, p. 18). Ou seja, se torna indispensável pensar em

alternativas que busquem essa revolução cultural, que é salientada por Cortina. Talvez, se pararmos para observar o que vem sendo feito, essas alternativas já estejam sendo criadas e planejadas, porém, ainda precisam ser problematizadas sobre sua real função dentro do eixo comunicação-cidadania-tecnologia.

E em concordância com o que é apresentado por Adela Cortina (2005), porém com a contribuição da tecnologia, precisamos salientar que também é importante “perceber que as transformações culturais geradas pelas últimas tecnologias e por mudanças na produção e circulação simbólica não eram responsabilidade exclusiva dos meios comunicacionais induziu a procurar noções mais abrangentes”. (CANCLINI, 1998, p. 284-285).

Tanto Cortina (2005) como Canclini (1998) trazem a reflexão de uma transformação cultural, que pode ser gerada pela tecnologia ou pela própria forma em que a sociedade vê e vem agindo no mundo. Claro, que isso é algo que vem ocorrendo de forma gradativa, onde vão surgindo iniciativas aprimoradas, que mostram essa transformação, além das mudanças que o próprio cidadão vem demonstrando. Porém, não se pode esquecer que “entre finais do século XX e início do século XXI, acompanhamos transformações potencializadas e concretizadas pela expansão da comunicação digital e por fenômenos como a convergência e a mobilidade”. (BONIN, 2016, p. 216).

Porém, precisa-se pensar e refletir sobre o conceito de cidadania. Pois a cidadania quando entendida pela sociedade, acaba por exercer um papel fundamental na construção de um cidadão que pensa e vive em comunidade. E isso pode gerar situações muito positivas para a sociedade, pois “em princípio entende-se que a realidade da cidadania, o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela”. (CORTINA, 2005, p. 27). Mas deve-se destacar que, conforme é apresentado por Cortina (2005, p. 27), que foi na década de 1990 que o conceito de cidadania voltou a ser trabalhado e rediscutido.

Até pouco tempo atrás, o exercício da cidadania era reconhecido apenas com o fato de o cidadão exercer o poder do voto, porém, inúmeras alternativas de participação fizeram com que a cidadania fosse muito além disso, como por exemplo, o Orçamento Participativo, que citamos anteriormente neste texto. Hoje, com a contribuição de ferramentas tecnológicas e comunicativas, temos espaços de fala, que funcionam com a participação do que chamamos de atores sociais. Porém, é importante destacar que “a

civilidade não nasce e nem se desenvolve se não se produz uma sintonia entre os dois atores sociais que entram em jogo, entre a sociedade correspondente e cada um de seus membros”. (CORTINA, 2005, p. 20). Ou seja, a cidadania não funciona se a sociedade não estiver em um diálogo mútuo, com reflexões sobre caminhos e alternativas para melhorias em determinada comunidade correspondente a este “grupo” de atores. Esse diálogo em conjunto também é visto como uma mobilização, que pode estruturar ou fragmentar um local. Pois “a mobilização social, do mesmo modo que a estrutura da cidade, fragmenta-se em processos cada vez mais difíceis de totalizar”. (CANCLINI, 1998, p. 288).

Como pode ser visto, autores como Cortina (2005) e Canclini (1998) dialogam sobre o desenvolvimento e as transformações que vêm sendo ocasionadas na sociedade, nas formas de comunicação e participação social. Mas outros autores, como Cicília Peruzzo, apresentam questionamentos ao salientar “se desenvolvimento não se refere só a progresso, mas implica tornar as pessoas partícipes de processos que possibilitam seu crescimento integral, pergunta-se sobre as relações entre os paradigmas de desenvolvimento e a comunicação que lhe é pertinente”. (PERUZZO, 2012, p. 01). Isso nos faz pensar sobre que desenvolvimento é esse e que tipo de comunicação estamos fazendo e usufruindo. Nos questionamos se ela é universal, se é acessível e se atinge todos os setores da sociedade.

Mas a tecnologia vem para tentar contribuir com as novas formas de participação, mesmo que seja de maneira tentativa, com falhas e problemáticas, as iniciativas trabalham com a busca de promover uma cidadania “acessível”, onde mesmo que o cidadão não esteja presente fisicamente, ele possa dar sua ideia, fazer seu questionamento e contribuir com sua comunidade. Porém, hoje a grande problemática:

É entender como a dinâmica própria do desenvolvimento tecnológico remodela a sociedade, coincide com movimentos sociais ou os contradiz. Há tecnologias de diferentes signos, cada uma com várias possibilidades de desenvolvimento e articulação com as outras. Há setores sociais com capitais culturais e disposições diversas de apropriar-se delas, com sentidos diferentes: a descoleção e a hibridação não são iguais para os adolescentes populares que vão às casas públicas de vídeo games e para os de classe média e alta que os têm em suas casas. Os sentidos das tecnologias se constroem conforme os modos pelos quais se institucionalizam e se socializam. (CANCLINI, 1998, p. 308).

Isso nos faz compreender que as tecnologias vão sendo constituídas conforme a necessidade de um determinado grupo, que muitas vezes não atende e não é acessível a

outro. Sendo que acaba gerando um conflito com o conceito de cidadania, que é visto como “mediador porque integra exigência de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença”. (CORTINA, 2005, p. 27-28). Pois que iniciativa tecnológica que visa a cidadania é essa que não pode atender todos?

Mas neste caso, vamos tentar ser positivos em relação ao que está sendo desenvolvido por aí. Temos diversas iniciativas, como VoteNaWeb³, Cidade Democrática⁴, Mudamos⁵ e entre outros, que buscam ser ferramentas colaborativas e cidadãs. Iniciativas que se intitulam participativas, democráticas e cidadãs, onde o usuário pode ter seu espaço para dar ideias e de forma tentativa mudar o que vem sendo proposto pelos representantes.

Claro, sem deixar de salientar que “a eficácia desses movimentos depende, por sua vez, da reorganização do espaço público”. (CANCLINI, 1998, p. 288). Pensar neles além do virtual, e destacar o que ocorre de fato com as ideias e propostas apresentadas neles. Se elas se efetivam e se são dialogadas entre os diversos atores envolvidos. Pois as iniciativas funcionam como uma forma de mobilização social e de construção coletiva. Ou seja, ocorre que “no micro, ou nas bases da sociedade brasileira, atores coletivos constroem formas de organização e de mobilização popular visando melhorar as condições de existência e transformar estruturas injustas que geram ou intensificam a desigualdade social”. (PERUZZO, 2012, p. 06). Mas é preciso compreender que:

No contexto contemporâneo da midiáticação, em sua faceta vinculada à comunicação digital, a investigação sobre as apropriações midiáticas necessita de forte problematização teórica que permita entender a participação e a atividade dos sujeitos em seu renovado lugar nos processos midiáticos. (BONIN, 2016, p. 216).

Desta forma, não podemos deixar de explicar o que a tecnologia se propõe a oferecer para a sociedade. Sabemos que “as novas tecnologias não só promovem a criatividade e a inovação. Também reproduzem estruturas conhecidas”. (CANCLINI, 1998, p. 309). Porém, alguns pesquisadores defendem a ideia de as tecnologias de informação e comunicação são capazes de “promover a chamada “inclusão” digital e social, o que não deixa de ser verdadeiro”. (PERUZZO, 2012, p. 13). Onde Barbero (2014, p. 29), também dialoga e salienta que “a distância digital é na realidade uma

³ Disponível em: <<http://www.votenaweb.com.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

⁴ Disponível em: <<http://www.cidadedemocratica.org.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

⁵ Disponível em: <https://www.mudamos.org/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

distância social, isto é, não remete a um mero efeito da tecnologia digital, mas, sim, a uma organização social que impede à maioria o acesso e a apropriação tanto física como econômica e mentalmente das TIC”.

Mas claro, temos que ter consciência que essa inclusão digital e social não é universal, pois ainda existe uma exclusão digital, onde nem todos tem acesso e conhecimento de ferramentas e espaços digitais tecnológicos. Sendo que das “afirmações a respeito da internet, uma das mais conhecidas é a ideia de que na rede o conhecimento está acessível para todos”. (SÁ MARTINO, 2014, p. 282). Mas temos conhecimento de que é um equívoco afirmar isso, pois entram questões econômicas e sociais que afetam esse acesso universal de todos, conforme é apresentado pelo autor (2014, p. 282):

Há duas questões relacionadas: de um lado, as questões econômicas decorrentes da necessidade de um equipamento específico para esse mergulho digital; de outro, mesmo com esses recursos, navegar no oceano de informações requer uma alfabetização digital.

Ou seja, a tecnologia não está nas mãos de todos, como muitas vezes generalizamos ao falar sobre o acesso à Internet. Existem diversos problemas que ainda precisam ser enfrentados para que seja um acesso universal e de qualidade para todos. Porém, sabemos que as teorias têm o objetivo de mostrar alternativas e formas de pensar a rede e a tecnologia como uma contribuição para a comunicação. Nesse sentido, Bonin (2016, p. 218), complementa:

As apropriações digitais dependem, também, das possibilidades de acesso dos sujeitos a essas mídias, bem como do domínio efetivo de competências tecnológicas e multimidiáticas, entre outros elementos, para realizarem-se plenamente. Assim, o sentido das apropriações dos ambientes digitais, nas suas diversas possibilidades participativas/produativas, também se define por aspectos vinculados àquilo que, em textos da cibercultura, é referido como o off-line. E as relações entre essas dimensões não podem ser pensadas como vínculos entre âmbitos apartados, mas sim como realidades que se interpenetram.

Porém, precisamos levar em consideração que “as novas tecnologias que vêm sendo progressivamente apropriadas por grupos dos setores subalternos, permitindo-lhes uma verdadeira revanche sociocultural, isto é, a construção de uma contra-hegemonia pelo mundo”. (BARBERO, 2014, p. 18). Mas o autor também salienta que:

Assim, se a revolução tecnológica das comunicações agrava o fosso das desigualdades entre setores sociais, entre culturas e países, ela também mobiliza a imaginação social das coletividades, potencializando suas

capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva. (BARBERO, 2014, p. 19).

Mas além disso, precisamos refletir sobre esses espaços que vão sendo construídos pela sociedade com a utilização de novas tecnologias. Esses locais que funcionam como um espaço de voz para a população que busca um local de fala, de expressão e de contribuição para tantas outras iniciativas de melhorias para a sociedade. Não podemos deixar de refletir que muitas dessas alternativas surgem do uso da criatividade de atores sociais, que acabam desenvolvendo de forma positiva, iniciativas que sejam usadas para o bem comum. Muitas plataformas digitais são estruturadas de forma convidativa, de fácil acesso e inclusiva, que fornecem ao usuário uma forma de atender os requisitos básicos para um acesso “universal” e “inclusivo”.

Fala-se cada vez mais de “culturas virtuais” em alusão às mudanças nas práticas comunicativas provenientes dos meios interativos a distância, que modificam a sensibilidade dos sujeitos, suas formas de compreensão do mundo, a relação com os outros e as categorias para apreender o ambiente. As culturas virtuais são mediações entre cultura e tecnologia, constituem sistemas de intercâmbio simbólico através dos quais se configuram sentidos coletivos e formas de se representar o real. (BARBERO, 2014, p. 22).

Claro que essas iniciativas são resultado de uma mudança no modelo comunicacional, onde o único espaço, que por sinal era mínimo, de fala para os problemas enfrentados pela sociedade eram os meios de grande massa. Porém, essa mudança foi muito significativa, onde é afirmado que:

A realidade mudou substancialmente em termos informativos. Acabou-se o monopólio das agências transnacionais de notícias, ou seja, a exclusividade de meios tradicionais, comerciais e industriais para informar. Atualmente, têm-se milhares de redes alternativas de informação, comunicação, ciência e cultura que possibilitam uma mudança cultural profunda em um período breve de tempo. (MALDONADO, 2017, p. 97).

Conforme é proposto por Barbero (2014, p. 25), “a tecnologia remete hoje não só, e nem tanto, à novidade dos aparatos, mas também a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escrituras”. Isso nos remete a pensar que existem mudanças que vão muito além da técnica e tecnologia, mas no próprio modo de refletir e produzir.

Nos últimos anos, muito tem se falado de convergência digital, que “é o novo nome de um processo e um paradigma cuja primeira representação foi, desde os fins dos anos 1980, a da transparência comunicativa”. (BARBERO, 2014, p. 25). Mas o termo

convergência também é complementado em sua definição por autores como Jenkins (2009, p. 29), como “uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”. Desta forma, ainda é salientado que:

Convergência tecnológica significa então a emergência de uma nova economia cognitiva regida pelo deslocamento do estatuto do número, que de signo do domínio sobre a natureza passa a converter-se em mediador universal do saber e do operar técnico/estético, o que significa a primazia do sensório/simbólico sobre o sensório/motriz. (BARBERO, 2014, p. 26).

Porém, Jenkins (2009, p. 43) nos apresenta que a convergência das mídias vai além disso, que “é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento”. Claro que cada autor apresenta a definição de convergência a partir de uma perspectiva, seja ela tecnológica, digital, midiática e etc. Mas o que nos fica evidente, é que a convergência, de acordo com Jenkins (2009, p. 44), “envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação”. E isso reflete na seguinte afirmação:

Entre as mudanças que se afiguram, verifica-se a disseminação e o domínio progressivo de recursos e de práticas de produção tecnológica de comunicação; inauguram-se novas formas de participação, compartilhamento e geração de produtos culturais digitalizados por produtores diversos. (BONIN, 2016, p. 216).

Igualmente, Barbero (2014), Bonin (2016) e Jenkins (2009) nos apresentam proposições do que as mudanças tecnológicas e midiáticas fornecem para a sociedade. Suas alternativas de pensar e abordar novas formas de comunicação, como uma potencialidade no exercício da cidadania. Podemos verificar que na última década, muitas iniciativas foram sendo aperfeiçoadas, sendo uma alternativa valiosa para a renovação do modelo comunicacional que estávamos acostumados. Sendo que é afirmado que:

A convergência digital introduz nas políticas culturais uma profunda renovação do modelo de comunicabilidade, pois do unidirecional, linear e autoritário paradigma da transmissão de informação, passamos ao modelo da rede, isto é, ao da conectividade e da interação que transforma o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da interface de proximidade. Novo paradigma traduzido em uma política que privilegia a sinergia entre muitos projetos pequenos acima da complicada estrutura dos

grandes e pesados aparatos tanto na tecnologia como na gestão. (BARBERO, 2014, p. 28).

Existem inúmeras iniciativas comunicacionais colaborativas voltadas para a temática da cidadania e identidade cultural, que abordam temas como a igualdade de gênero, problemas de determinada comunidade, questões de acessibilidade, direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e entre outras pautas que precisam ser discutidas. Essas iniciativas são uma forma de pensar em ações conjuntas para que seja pensado e discutido determinado tema com tantas outras pessoas que buscam informações. Pois conforme pode ser visto:

A diversidade cultural atravessa hoje uma situação bem peculiar. De um lado, a convergência digital representa o lugar de duas oportunidades cruciais: a primeira é a promovida pela digitalização, que possibilita colocar em uma linguagem comum dados, textos, sons, imagens e vídeos, desmontando a hegemonia racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica ou o livro aos meios audiovisuais; a segunda é a configuração de um novo espaço público construído a partir dos movimentos sociais, das comunidades culturais e dos meios comunitários. Ambas as oportunidades encontram-se configuradas por uma enorme e diversa pluralidade de atores, mas que convergem para um compromisso emancipador e uma cultura política na qual a resistência é ao mesmo tempo criadora de iniciativas e alternativas. (BARBERO, 2014, p. 28).

As proposições que foram apresentadas até aqui neste presente texto, nos remetem a discussão e reflexão sobre novas alternativas comunicacionais que consigam fornecer para a sociedade uma cidadania comunicativa. Existem muitas iniciativas digitais que estão caminhando para um processo de acesso universal, mas que ainda são pouco acessíveis, pouco divulgadas e que acabam sofrendo por problemas técnicos. No próximo item, será feita uma breve apresentação do objeto de estudo para a dissertação.

4 APLICATIVO MUDAMOS

Entre as propostas que temos no Brasil, podemos citar o aplicativo de tecnologia mobile Mudamos, uma iniciativa do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro – ITS RIO, que foi lançado em abril de 2017. A ideia para o desenvolvimento do aplicativo foi do advogado eleitoral Márlon Reis e o advogado e especialista em tecnologia, Ronaldo Lemos. A criação do aplicativo foi financiada com recursos conquistados através do prêmio Desafio Impacto Social, que o ITS Rio conquistou em

2016⁶. O aplicativo funciona e se apresenta como uma ferramenta para apresentação e assinatura de projetos de lei de iniciativa popular, de forma segura, simples e gratuita. Sua apresentação se enquadra com a lógica do foi apresentado no decorrer deste texto, em relação as tecnologias que visam funcionar como um espaço para que o cidadão seja protagonista e tenha seu espaço de fala.

O aplicativo está disponível para download de forma gratuita pelo Google Play e App Store. O aplicativo os projetos de lei conforme seu destino final, se é de caráter nacional, estadual ou municipal. Atualmente, em nível nacional, que será feito o recorte da pesquisa, o aplicativo conta com três projetos de lei de iniciativa popular para receber o apoio da população: Voto Limpo, Transparência Partidária e Recall Parlamentar. Cada projeto tem um prazo e uma meta para colhimento de assinaturas.

Figura 1 – Tela Inicial do Aplicativo Mudamos



Fonte: PrintScreen da tela inicial do aplicativo Mudamos

Como pode ser visto na Figura 1, o aplicativo funciona com uma lógica de local para envio de projetos de lei de iniciativa popular, que precisam de apoio de outras pessoas através de um determinado número de assinaturas para serem levados para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal. A ideia é muito

⁶ Disponível em: <<https://www.mudamos.org/quem-somos>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

parecida com o que é proposto pelo *Avaaz*⁷. E essa lógica de funcionamento, vem muito em concordância com o que Barbero (2014), Bonin (2016), Canclini (1998), Cortina (2005), Jenkins (2009), Maldonado (2017) e Peruzzo (2012). A ferramenta conta com um espaço para proposição e apoio de um projeto de lei de iniciativa popular.

Conforme é apresentado no site do aplicativo, “até hoje no Brasil, nenhum projeto de lei de iniciativa popular foi efetivamente tramitado como tal, devido à dificuldade da verificação das assinaturas em papel”. (MUDAMOS, 2017). Além disso a iniciativa acrescenta que “para ser votado na casa legislativa correspondente, o projeto ainda depende de um parlamentar que o adote, esvaziando o espírito original desse mecanismo de democracia direta previsto na Constituição de 1988”. (MUDAMOS, 2017). De acordo com informações do site Politize, “o objetivo dos criadores do Mudamos é tornar o aplicativo um espaço aberto para que vários projetos sejam apresentados aos cidadãos e consequentemente encaminhados ao Legislativo de todos os níveis”. (POLITIZE, 2017).

A iniciativa conta com o apoio do Google Brasil, Meu Rio, Nossas Cidades, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e Movimento Transparência Partidária. Na mídia de massa, a iniciativa já foi divulgada na Folha de São Paulo, Programa Conversa com Bial, Globo News, G1 e Revista Época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste texto foi de abordar conceitos e autores que foram discutidos na aula de Mídias, Identidades Culturais e Cidadania, que foi ministrada pela professora e pesquisadora Jiani Adriana Bonin, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Durante as aulas, muitas reflexões foram feitas, entre elas, sobre as novas mídias e o seu papel como ferramentas de contribuição para uma cidadania comunicativa.

Para a elaboração deste material, tomamos liberdade de selecionar autores que suas teorias como contribuições para a elaboração da dissertação, que tem como objeto de estudo o aplicativo Mudamos, além de trazer outras duas referências de forma para complementar o texto e a reflexão aqui proposta. Nos últimos anos é notório que as mídias digitais estão desempenhando um papel fundamental na vida da sociedade. Seja

⁷ Disponível em: <<https://secure.avaaz.org/page/po/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

as redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn e entre outros, como plataformas e aplicativos, como o utilizado nesta pesquisa, que funcionam como uma contribuição na prática da cidadania.

Porém, deixamos claro que o objetivo neste texto, não foi o de apresentar uma teoria como regra para o desenvolvimento de determinada iniciativa, mas refletir sobre como podemos contribuir sobre novas ferramentas de comunicação que visem a participação cidadã e democrática. Precisamos pensar em ferramentas que sejam utilizadas como uma alternativa para a sociedade poder expressar sua opinião, pensar em como pode contribuir com os demais cidadãos e o bem comum.

A proposta do aplicativo Mudamos é uma alternativa cidadã, porém, não deve ser vista como algo padrão e que precisa ser seguido à risca por outras iniciativas. Ela foi apresentada neste texto para contextualizar suas características com as teorias propostas pelos autores. Levamos em consideração, que o acesso à Internet, assim como o domínio de novas tecnologias, são problemas que ainda existem e que devem servir de reflexão.

Como pesquisadores, mas também como comunicadores, temos a responsabilidade de refletir sobre essas iniciativas. De pensar em como elas podem contribuir para a prática cidadã, assim como, fornecer informações de forma clara e acessível para todos. Sabemos que falar sobre tecnologia significa falar sobre algo que está sempre em movimento, em constante transformação, mas sua discussão se faz necessária para compreendermos tudo que estamos vivendo nos dias atuais. Sendo assim, deixamos a discussão aberta para ser mais aprofundada na dissertação e apresentar mais reflexões e problemáticas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesús Martín. **Diversidade em convergência**. Matrizes, n. 2, jul./dez. 2014.

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; (Org.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MALDONADO, Efendy. Pensar os processos comunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2017.

MUDAMOS. **Quem Somos**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.mudamos.org/quem-somos>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PERUZZO, Cicília M. K.; **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@**. In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012. Anais do XXI Encontro Anual da Compós. Juiz de Fora, MG: Compós, 2012.

POLITIZE. **Mudamos: o aplicativo que promete revolucionar a iniciativa popular**. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/mudamos-aplicativo-iniciativa-popular/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. **Teoria da Comunicação: Ideias, Conceitos e Métodos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, CELINA. **Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo**. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.4, pp. 84-97. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10375.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.